



12% de reajuste e recursos para o plano de saúde em 2015!

*Participe da campanha pelas emendas do Sinteps
na Assembleia Legislativa. Veja como na pág. 3*

Leia também nesta edição

**Cartilha traz tudo sobre a nova
carreira** - Págs. 4 e 5

**O ETIM no Centro: Do que
temos ao que queremos** - Págs. 6 e 7

**Sinteps propõe ao Centro
assinatura
de Acordo Coletivo**

Na página 9, confira quais itens fazem parte

**Ceeteps vive ameaça de
não ter mais nenhum tipo
de eleição**

Na página 11, saiba as razões

Data-base 2014

Governo se fez de morto depois de implantar a carreira e fugiu da discussão do reajuste

É grande o número de trabalhadores das ETECs e FATECs que são novos na instituição. E, como é natural, eles não estão familiarizados com os termos sindicais e com o cotidiano das reivindicações dos professores, funcionários e auxiliares docentes. Para eles, especialmente, é preciso explicar que data-base é o momento anual em que cada categoria negocia suas reivindicações com o respectivo patrão, entre elas os reajustes salariais.

E quando é a data-base dos trabalhadores do Centro?

Historicamente, por conta da existência do vínculo entre Ceeteps e Unesp (*leia mais sobre isso na página 8*), a data-base da nossa categoria é 1º de maio, em conjunto com os servidores e professores das três universidades estaduais paulistas.

Até 1995, nossa categoria recebia os mesmos reajustes pagos pelo Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas). Em 1996, com a chegada do PSDB ao governo estadual, a lei deixou de ser cumprida e não tivemos mais os índices do Cruesp. Porém, além de reivindicar a volta do pagamento na justiça, todos os anos o nosso Sindicato é parte integrante

das lutas promovidas pelo Fórum das Seis (F6), que engloba os sindicatos e representações estudantis das universidades e o Sinteps.

Além disso, todos os anos o Sinteps organiza a pauta de reivindicações específicas dos trabalhadores do Centro, a ser apresentada à administração do Centro e ao governo.

Carreira é uma coisa. Reajuste é outra!

Em 2014, o momento da data-base misturou-se com a luta pela nova carreira, que mobilizou os trabalhadores numa greve com cinco semanas de duração.

Embora o governo tente passar a ideia de que ficou tudo “resolvido” com a carreira, isso não é verdade. Carreira é uma coisa; reajuste e data-base são diferentes! Por isso, a direção do Sinteps protocolou, no dia 22/ a proposta de Acordo Coletivo (*leia matéria na pág. 9*). No dia 12/5, já passada a greve pela carreira, a direção do Sindicato entregou a reivindicação de reajuste salarial, pressionando pelo agendamento de reuniões, mas não foi atendida.

A reivindicação salarial deste ano foi de 10%, a mesma apresentada pelo Fórum das Seis.

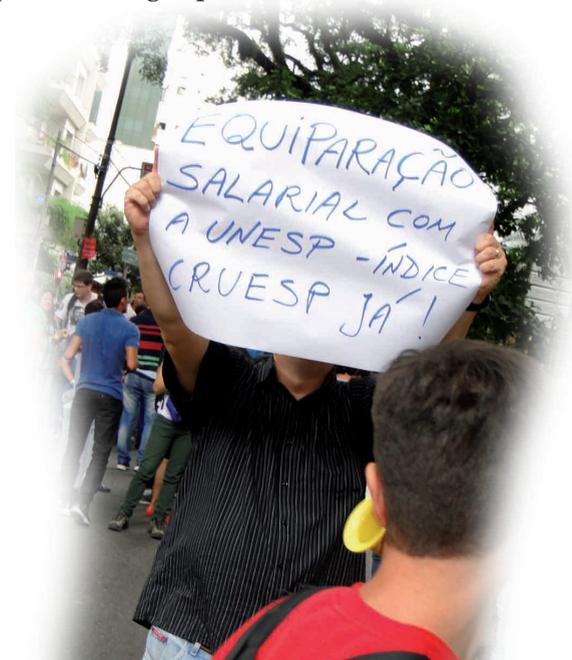
Após quase quatro meses de greve, funcionários e professores da Unesp, USP e Unicamp conseguiram forçar os reitores a saírem do zero e a oferecerem o percentual de 5,2%, como mostra matéria na pág. 8.

Além do índice, a pauta específica dos trabalhadores do Centro em 2014 traz vários outros tópicos, como: a volta da política salarial do Cruesp (como o Centro é vinculado à Unesp, queremos a volta do repasse dos mesmos percentuais aplicados nas universidades), correção do vale-alimentação (hoje em míseros R\$ 8,00), criação

de plano de saúde, pagamento de horas extras etc. A pauta também traz questões mais amplas, como a reivindicação de democracia nas instâncias de poder do Centro, com eleições para todos os cargos de direção do Centro e das unidades, bem como a ampliação do Conselho Deliberativo da instituição.

O que vem por aí

A direção do Sinteps continua cobrando da Superintendência do Centro e do governo a discussão da pauta de reivindicações de 2014. Como já é habitual, eles não costumam se mexer se não forem pressionados pelos trabalhadores. Por isso, ainda que o esforço despendido pela categoria com a greve pela implantação da carreira, no primeiro semestre, tenha sido grande, é preciso manter a chama acesa. Se queremos reajuste salarial e o atendimento das reivindicações da nossa pauta (implantação do plano de saúde, política salarial anual pelo Cruesp, implementação da jornada para os docentes, correção do vale alimentação etc.), é preciso mostrar a eles que estamos dispostos a brigar por isso.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO 029/2014

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo - Sinteps - no uso de suas atribuições, convoca Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 31, parágrafo 1º, alínea b, a realizar-se em:

Data: 18/11/2014 (terça-feira)

Horário: 15h30

Local: Sede do Sinteps

Praça Cel. Fernando Prestes, 74 – subsolo – Bom Retiro - São Paulo - SP

Pauta: Discussão e votação da Proposta Orçamentária do SINTEPS para 2015.

São Paulo, 06 de novembro de 2014.

Silvia Elena de Lima
Presidente do Sinteps
RG 8470347-7

Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.

Localização: Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro. Cep 01124-060. São Paulo - SP. Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - São Paulo - SP.

E-mail: sinteps@uol.com.br Site: http://www.sinteps.org.br www.facebook.com/#!/sindicatodotrabalhadores.sinteps

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br)

Tiragem desta edição: 2.700 exemplares.

Lei Orçamentária Anual - LOA 2015

Emendas do Sinteps pedem reajuste de 12% e recursos para o plano de saúde

Categoria deve entrar em cena novamente. Vamos pressionar os deputados

Todos os anos, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprova o orçamento geral do estado para o ano seguinte. Tudo começa com o envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por parte do governador. O projeto contém as propostas de índices do orçamento para cada setor (educação, saúde, habitação etc.) no ano seguinte.

O Fórum das Seis – que agrupa os sindicatos das universidades e o Sinteps – sempre apresenta emendas pleiteando o aumento de recursos para a educação. Historicamente, a reivindicação é de 33% da arrecadação geral paulista para o conjunto da educação pública, aí incluídos 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% do ICMS para o Ceeteps.

A LDO 2015 foi votada pela Alesp no dia 4/7/2014 e nenhuma destas emendas foi aprovada. No caso das universidades, foi mantido o percentual de repasse atual, que é de 9,57% do ICMS (quota-parte do Estado). No caso do Centro, não há dotação específica, cabendo ao governador decidir o montante que será repassado.

No entanto, ainda é possível intervir neste processo, agora durante a discussão



da Lei Orçamentária (LOA), que transforma em valores os índices aprovados na LDO. Por isso, o Sinteps enviou duas emendas para a LOA 2015, que está em discussão na Alesp neste momento. As emendas tratam do seguinte:

Reajuste salarial: A emenda pede que seja acrescentado ao orçamento do Centro, no item “Pessoal e Encargos”, para 2015, o montante de R\$ 212.565.429,00, a fim de garantir o reajuste salarial de 12% aos professores, funcionários

Na greve pela carreira, no início deste ano, a pressão dos trabalhadores do Centro sobre os deputados foi marcante. É hora de voltar à carga

e auxiliares de docente na data-base do funcionalismo público estadual, instituída pela Lei 12.391/06. O Sinteps argumenta que a não reposição das perdas inflacionárias do período 2013-2015 trará enorme prejuízo aos já defasados salários do pessoal do Centro. Em 2013, a categoria recebeu um percentual de 8,01% de reajuste, que cobriu as perdas do ano anterior, mas em 2014 não houve nenhuma reposição. Num dos trechos, a emenda reforça que “os trabalhadores do Ceeteps já estão com os salários defasados com base na inflação de 2014 e, com as perspectivas de alta da inflação em 2015, para não perderem o poder aquisitivo, precisam de um reajuste salarial de, no mínimo, 12%”.

Plano de saúde: A emenda pede que seja acrescentado ao orçamento do Centro, no item “Custeio”, para 2015, o montante de R\$ 35 milhões, especificamente para a contratação do plano de saúde institucional. A implantação do plano está prevista no artigo 7º da LC 1.240/14 (nova carreira), mas está condicio-

nada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para isso. Em sua justificativa, a emenda enfatiza que o plano de saúde é o “único benefício ao qual terão direito os trabalhadores do Ceeteps, que não possuem auxílio alimentação, cesta básica, auxílio transporte e tantos outros benefícios que a maioria dos trabalhadores brasileiros tem.”

Campanha pela aprovação das emendas

A implantação da nova carreira, com os avanços e limitações que já conhecemos, é mais um exemplo de que as melhorias que os trabalhadores do Centro conseguem sempre são fruto de sua luta. Agora, não será diferente. Para que as emendas do Sinteps ganhem visibilidade, sejam discutidas pelos deputados e tenham chance de ser aprovadas, é preciso que a categoria arregace as mangas. Neste momento, é importante o envio massivo de e-mails aos deputados, com o seguinte teor:

“Deputado/a, aprove as emendas do Sinteps à LOA-2015 e contribua para os funcionários e professores do Centro Paula Souza terem reajuste salarial e plano de saúde em 2015. A comunidade das ETECs e FATECs saberá reconhecer sua postura em favor da valorização destes profissionais, condição fundamental para uma educação pública de qualidade.”

A lista de e-mails dos deputados pode ser acessada no site (www.sinteps.org.br), no item “Fique por dentro”, em “Emendas do Sinteps à LOA-2015”.



Cartilha traz tudo sobre a nova carreira dos trabalhadores do Centro

Diretores sindicais visitam unidades para sanar dúvidas e entregar o material

O Sinteps produziu uma cartilha sobre a nova carreira dos trabalhadores do Centro. Ela traz um breve histórico sobre as lutas que culminaram na aprovação da carreira, as tabelas e os exemplos de enquadramento, a legislação atualizada com as alterações incluídas pelas Leis 1.240/14 e 1.252/14. O material está sendo levado em mãos às unidades, em visitas que têm servido para os trabalhadores sanarem dúvidas e se informarem de outras questões.

Na estratégia definida pela direção do Sindicato, as primeiras a serem visitadas são as cerca de 110 unidades que participaram da greve. Na sequência, virão as demais, e o objetivo é atingir o maior número possível. A equipe montada para o trabalho envolve membros da Diretoria Executiva (Sílvia Elena de Lima, Denise Rykala, Neusa Santana Alves, Renato Quintino e Margarete Angeli) e Regional (Rafael Macedo, Fernando Salvador, Arlindo Teodoro de Souza Jr. e Adalberto Luiz de Oliveira).

Eles comentam que as reuniões são momentos para agradecer aos trabalhadores que acreditaram na greve e transformaram em realidade o que estava somente nas promessas do governo. Nas visitas, também falam do histórico da nossa carreira desde a época que o vínculo com a Unesp era respeitado, explicam as tabelas, esclarecem as dúvidas sobre as próximas etapas do enquadramento, falam das ações judiciais, dos convênios do Sindicato, da importância de se filiarem e fortalecerem a entidade, bem como



participar mais ativamente, seja como Diretor de Base, ou nas ações que ainda teremos que fazer para melhorar a carreira.

A cartilha

Na parte histórica, a cartilha mostra que, sem a greve, a nova carreira estaria engavetada até hoje. O governo não tinha a menor intenção de enviá-la à Assembleia Legislativa (Alesp) e aprová-la. Iniciada em 17/2, a greve chegou a abranger 110 unidades.

Em meio à greve, o Sinteps e o Comando Geral de Greve redigiram 25 emendas, com o objetivo de inserir no projeto enviado pelo governador Geraldo Alckmin à Alesp os itens que haviam ficado de fora: reajustes salariais pelo Cruesp (iguais aos pagos na Unesp), licença-maternidade de 180 dias para as celetistas; enquadramento por tempo de serviço para todos; promoção pela titulação e sem avaliação

de desempenho para todos; progressão por tempo de serviço sem avaliação de desempenho; auxílios alimentação e transporte; o retorno da Sexta Parte, entre outras.

A disposição do governo, de nos empurrar o seu projeto “pelado”, da forma que o havia enviado à Alesp, foi rompida pela força de categoria. Terminada a votação, não alcançamos tudo o que queríamos, mas tivemos conquistas importantes. São elas:

- Exclusão da limitação dos 20% para progressão do pessoal administrativo. Ou seja, deixou de existir o bloqueio determinado no projeto do governador e todos os que estiverem em condições irão progredir, sem limite de número de pessoas.

- Exclusão da limitação dos 10% do RJI (Regime de Jornada Integral) para docentes das FATECs. Ou seja, a limitação imposta no projeto do governador, de que apenas 10% dos docentes poderiam entrar no regime de RJI, desapareceu.

- Contagem do efetivo exercício (tempo de serviço) para TODOS os trabalhadores do Centro, o que permitirá um ganho salarial expressivo, na segunda etapa do plano, que é o enquadramento de 2015. A inclusão dos servidores administrativos nesta regra saiu, literalmente, “aos 45 minutos do segundo tempo” e foi uma grande conquista. Sem esta emenda, somente os docentes e auxiliares de docentes teriam direito ao segundo enquadramento.

- Para os docentes, haverá um terceiro enquadramento, em julho de 2016, considerando as titulações dos atuais professores de ETECs e FATECs; ou seja, conquistamos a retirada da meritocracia para a promoção.



Capa da cartilha sobre a carreira



O arquivo virtual da Cartilha pode ser acessado no item “Fique por dentro”, em “Nova carreira”.



Além destes itens, conquistamos:

- Permissão para contratação de um plano de saúde institucional (o Centro tem autorização para implantá-lo, mas ele está condicionado à existência de recursos, como você confere em matéria específica na *página 3*);
- Licença-prêmio em pecúnia para os servidores autárquicos;
- 30% de hora atividade para os docentes de ETEC, em 2016;
- Promoção e progressão, ou seja, carreira na vertical e na horizontal para todos, escalonadas por nível de titulação;
- Progressão a cada 2 anos e não 3 como anteriormente;
- Até 50% de elevação salarial para o pessoal da área da saúde;
- Até 21% para os auxiliares de docentes;
- Até 28% para o pessoal administrativo;
- Fim da contagem das licenças médicas para a evolução funcional;
- Aumento de 6 para 12 faltas anuais para a evolução funcional;
- Fim da avaliação de desempenho para a promoção, que será feita por tempo, condicionada a 6 anos na mesma referência.

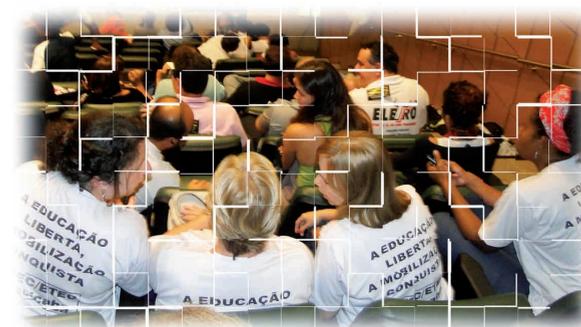
A progressão por tempo de serviço em julho de 2015 também representará, em especial

para os mais antigos no Ceeteps, um reposicionamento salarial muito significativo. A evolução pelo reconhecimento das titulações em julho de 2016 (ou seja, o fim da meritocracia como critério para a promoção) garantirá aos docentes (por enquanto, somente a eles) a recompensa salarial pelo seu esforço pessoal.

São conquistas importantes. Depois de muitos anos, finalmente existe uma estrutura de carreira no Ceeteps.

E a luta vai continuar

O que não conseguimos conquistar com a carreira continuará a fazer parte das nossas lutas. É o caso do retorno da nossa política salarial do Cruesp (já temos várias conquistas judiciais sobre este ponto); o enquadramento direto pelas titulações, sem aguardar o tempo da referência; a licença maternidade de 180 dias para todas; o cumprimento da legislação que garante a Sexta Parte (também já temos várias conquistas judiciais neste item); a jornada de trabalho para os docentes, entre outras.



O enquadramento especial aprovado para julho de 2016 somente inclui os docentes, mas a conquista do mesmo direito para os funcionários e auxiliares docentes é ponto de honra para o Sindicato.

Tudo o que ainda falta conquistar é pauta de lutas imediatas (como a apresentação de nossas emendas na Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, que você lê na *pág. 3*) e das próximas campanhas salariais, para as quais já conclamamos a categoria a participar ativamente, porque, como aprendemos em 2014, sem luta não há conquista!

Crescimento organizativo

Terminada a greve deste ano, tivemos eleições de novos Diretores de Base em várias unidades de São Paulo, ABC, Baixada Santista, Piracicaba, Suzano, Campinas, Pindamonhangaba e Jacareí. São todos muito bem-vindos para ajudar a fortalecer a nossa entidade e a nossa categoria! No *site*, no item “**Sindicato**”, confira os nomes dos companheiros que compõem o Conselho Diretor de Base do Sinteps, que somam forças com as Diretorias Executiva e Regional para mobilizar, organizar e lutar!

Para assinar: Movimento pede que Senado aprove a “Lei Regina Célia Leal” contra o assédio moral

Está aberta no site Avaaz, dedicado a petições virtuais, uma campanha que pede ao Senado Federal que aprove o projeto de lei nº 121, de 2009, e que lhe dê o nome de “Lei Regina Célia Leal”. O projeto, que tramita em caráter terminativo, altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para caracterizar o assédio moral cometido no âmbito do serviço público como ato de improbidade administrativa.

A campanha foi lançada por entidades ligadas à luta contra o assédio moral, em homenagem a uma grande batalhadora, que faleceu no dia 18/10/2014. **Regina Célia Leal** era funcionária da USP de Ribeirão Preto e uma das principais militantes do país contra o assédio moral.

Nós, do Sinteps, tivemos a honra de conhecê-la durante o VII Congresso dos Trabalhadores do Centro, em outubro de 2013, quando ministrou palestra sobre o tema, encantou e emocionou a todos com sua história e sua determinação. Em 2000, quando pouco se falava nesse assunto, ela teve a coragem de denunciar o professor que a assediava. Foi a primeira trabalhadora do país a ter a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) por assédio moral reconhecida pelo INSS. Em 2011, a



justiça condenou a USP a lhe pagar uma indenização por danos morais, fato inédito numa universidade pública até então.

As marcas mal cicatrizadas desta história e tristezas que não deixava transparecer no sorriso sempre exposto levaram-na a um ato extremo contra a própria vida. Atuando em entidades como a Rede Nacional de Combate ao Assédio Moral, Regina percorria o país ministrando palestras e estimulando a organização dos trabalhadores contra esse terrível mal. Ela contribuía para a organização da Comissão Permanente do Sinteps contra o Assédio Moral, criada no VII Congresso da categoria.

Assine e repasse

Num de seus trechos, a petição enfatiza: “Nesse momento de tristeza, os membros dos diversos movimentos de combate e enfrentamento ao assédio moral e inúmeros amigos juntam-se para pedir a aprovação do PLS nº 121, de 2009, levando o nome de Lei Regina Célia Leal, a exemplo da Lei Maria da Penha e Lei do Menino Bernardo”. Para assinar, confira esta matéria no *site* do Sinteps e clique no endereço da petição.

O ETIM no Centro

Volta do ensino integrado é avanço que resulta da luta, mas exige atendimento às reivindicações da categoria

Depois de anos abolido das ETECs, o ensino integrado (médio e técnico) volta a ser realidade no Centro Paula. Para entender o que isso significa, é preciso voltar um pouco na história.

Quem já estava no Ceeteps nos anos 90 deve se lembrar do verdadeiro vendaval que se abateu sobre as ETECs e FATECs quando o PSDB chegou ao poder, em 1995, tanto no governo federal quanto no estado de São Paulo.

No cenário paulista, o recém empossado Mário Covas logo tratou de intervir na direção do Ceeteps e tirar do cargo o superintendente Elias Horani, que havia sido eleito diretamente pela comunidade. Com a intervenção, veio também o fim do pagamento dos reajustes anuais do Cruesp, numa escandalosa afronta à legislação, uma vez que o Centro era – e ainda é, apesar das seguidas investidas tucanas – vinculado e associado à Unesp.

No cenário federal, o recém empossado Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu início a uma grande reforma no ensino técnico e tecnológico, que gerou enorme reação em todo o país. O objetivo central era empobrecer o modelo até então vigente, seguindo os parâmetros ditados pelos órgãos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que pregava um modelo mercantil e adestrador de educação técnica e tecnológica, em detrimento ao que era oferecido, até então, pelas redes federal e estaduais; no caso de São Paulo, no Ceeteps.

O governo FHC formulou um projeto de lei – o PL 1.603/96, contendo as bases para a reforma pretendida, entre elas o fim do ensino técnico integrado ao médio, o empobrecimento dos currículos dos cursos técnicos e tecnológicos públicos, com custos mais baixos, centrados no ensino aplicado, dissociado da pesquisa e da extensão, entre outras.

Em documento da época, o Ministério da Educação justificava a iniciativa com o entendimento de que o ensino técnico tinha “problemas e distorções”, tais como: operação a custos elevados, em comparação com outras escolas da rede pública estadual; oferta de vagas



em número limitado; distorção na composição social de seu alunado pela dificuldade de acesso de alunos trabalhadores e de baixa renda; cursos de duração muito longa e que não atendiam às demandas dos setores produtivos; e disposição da maioria de seus egressos de prosseguimento dos estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho (*Ministério da Educação, 1995*).

Em São Paulo, o Sinteps capitaneou um grande movimento contra as reformas, em sintonia com entidades de outros estados, que conseguiu impedir a aprovação do PL 1.603/96. Mas FHC tratou de buscar outros caminhos. Menos de um ano depois, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por meio da Lei 9.496/1996, o governo conseguiu as bases legais para aplicar a reforma sem a necessidade de submetê-la ao Congresso Nacional. Assim, a reforma, antes pretendida pelo PL 1.603/1996, veio por meio do Decreto 2.207/07.

Naquele momento, o Ceeteps era a maior rede da América Latina na educação profissional e tecnológica, tinha como marca a excelência da educação oferecida aos jovens paulistas, contava com uma política de valorização profissional e salarial de seus trabalhadores – o vínculo e associação à Unesp eram plenamente respeitados – e vivia o primeiro momento de

O Sinteps vem sendo figura decisiva na luta nacional em defesa da educação profissional e tecnológica

real democracia institucional, com a gestão de um diretor superintendente eleito pela comunidade.

Nos anos que se seguiram, o modelo foi sendo desmontado. O fim da integração entre ensino técnico e médio – condição necessária para uma formação específica e geral de qualidade – foi uma das mudanças mais sentidas.

O Decreto 5.154/04 e o Pronatec

Em 2003, com o fim do segundo governo FHC, teve início no país um grande debate sobre as reformas dos anos 90. A pressão do movimento sindical e dos educadores progressistas levou ao surgimento, em 2004, do Decreto 5.154. Até então, a LDB estruturava a educação brasileira em dois níveis (básico e superior) e a educação profissional não estava em nenhum deles. Com o Decreto 5.154/04, esse disparate foi corrigido e, com isso, abriu-se o caminho para a volta da integralidade e, também, para que o Ceeteps passasse a receber recursos do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb).

Atualmente, o maior programa da educação profissional e tecnológica no Brasil é o Pronatec (Programa Nacional do Ensino Técnico), que tem entre suas ações o ETIM (Ensino Técnico Integrado ao Médio).

Além do ETIM, há outras ações, algumas bastante questionáveis, especialmente o financiamento de escolas privadas, que recebem verba pública para a oferta de educação profissional nas modalidades de qualificação e ensino técnico. **O Sinteps é contra o repasse de verbas públicas para a iniciativa privada, pois, além de financiar escolas pouco confiáveis, o governo retira dinheiro da escola pública.**

Outra ação do Pronatec que merece críticas é o estímulo à educação profissional à distância – por meio das



redes federal, estaduais e sistema S. O Ceeteps participa desta ação em parceria com a Fundação Roberto Marinho e a Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo). **O Sinteps soma-se às entidades sindicais da educação combativas para rejeitar essa modalidade, que atenta aos princípios da educação de qualidade.**

A volta da integralidade e as nossas reivindicações

O Ceeteps recebe recursos federais para o desenvolvimento do ETIM – Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio. A verba vem para a capacitação docente e para equipamentos. No momento de fechamento desta edição do *Sinteps Jornal*, já são 175 as unidades do Ceeteps que oferecem o ETIM.

Embora a volta do ensino integrado às escolas do Ceeteps seja um avanço, é preciso que a instituição e o governo estadual garantam solução para algumas questões centrais, como: financiamento, existência de quadro específico de professores efetivos para atuar nos diversos cursos (jornada para os docentes); formação inicial e continuada de docentes, técnico-administrativos e equipes dirigentes; infraestrutura física necessária a cada tipo de instituição, entre outros aspectos relevantes.

O Sinteps organizou as reivindicações que decorrem desta nova situação, muitas já presentes nas pautas salariais e gerais da nossa categoria. É preciso que o Ceeteps, antes de universalizar esta modalidade, como divulgou o governador em sua campanha eleitoral, cumpra os requisitos estabelecidos na definição do ETIM:

1) Plano de Carreira com jornada de trabalho – só assim é possível cumprir o requisito da Dedicção Exclusiva; *(a rede federal já cumpre)*

2) Revisão geral anual dos salários pelos índices do Cruesp e progressivo resgate das perdas salariais – só assim será possível cumprir o requisito da melhoria salarial; *(a rede federal tem revisão geral anual)*

3) Eleições gerais, diretas e paritárias em todos os cargos diretivos do Ceeteps – só assim é possível cumprir o requisito da Gestão Democrática; *(a rede federal já tem)*

4) Eleição direta e paritária para um novo Conselho Deliberativo, ampliado e com a participação da comunidade, pois somente assim o requisito da existência de fato do projeto político pedagógico será cumprido. Os envolvidos devem se reconhecer nele e não serem meros expectadores da política ditada por estranhos escolhidos pelo governo;

5) A criação de um curso de especialização para que os bacharéis e licenciados que venham a atuar na educação profissional e tecnológica conheçam sua estrutura, seus objetivos e os aspectos pedagógicos da docência;

6) Revogar a existência dos cursos de “formação de professores da EPT”, que somente habilitam à docência em uma disciplina, tornando-se apenas cursos caça-níquel;

7) Cursos de aperfeiçoamento e de capacitação para os funcionários da Educação Profissional e Tecnológica, que receberão os novos estudantes, com novo perfil e nova permanência na unidade;

8) Reconhecer nas carreiras dos trabalhadores do Ceeteps as titulações obtidas, os cursos realizados e o esforço pessoal acima do requisitado para a função, com elevação imediata na carreira; *(a rede federal já reconhece)*

9) Locais de trabalho para os docentes reali-

zarem as atividades de preparo das aulas, das atividades de pesquisa e extensão. As atuais salas de professores e nem mesmo os departamentos estão preparados para dar aos docentes condições de trabalho na dedicação exclusiva; *(a rede federal já tem)*

10) Adequação das unidades com espaços de estudos, lazer, cultura e refeição. Os estudantes ficarão no mínimo dois períodos na unidade, de forma que os espaços para os estudos, o lazer, a cultura e as refeições devem ser preparados antes da chegada de todos os alunos nos cursos de ETIM;

11) Garantir ao Ceeteps dotação orçamentária própria, com base em percentual da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço), a fim de que a instituição possa cumprir os requisitos, pressupostos e condições para a realização do ETIM, dos cursos técnicos e dos cursos tecnológicos com qualidade, valorizando seus profissionais e adequando sua infraestrutura.

Quer saber mais sobre esse assunto?
No site do Sinteps (www.sinteps.org.br), na seção "Fique por dentro", em "O ETIM no Ceeteps", leia um estudo elaborado pela direção do Sindicato.



Evento no Chile discutiu luta em perspectiva de gênero

Neusa Santana Alves, da Diretoria Executiva do Sinteps, foi uma das representantes da Fasubra, a federação nacional dos sindicatos de servidores das universidades, durante o evento *La Lucha contra La Corrupcion y por Justicia Fiscal*, nos dias 7 e 8 de outubro, no Chile. Neusa participa na Coordenação das Universidades Estaduais e Municipais da Fasubra. Na ocasião, foram abordados temas relacionados às campanhas políticas, seus erros e acertos, privatização em órgãos públicos, contratação pública, reforma política e precarização do trabalho.

O evento sinalizou com a possibilidade de produzir redes iguais em outros países, como Brasil, Peru, Chile, Guatemala, Uruguai, Argentina, Colômbia e Bolívia. Na sequência, foi realizado um Encontro das Mulheres, nos dias 9 e 10 de outubro, que contou com a presença da presidente do Chile, Michelle Bachelet. Foi distribuído o guia *Prevencion dela coso laboral*, dirigido aos trabalhadores e trabalhadoras do setor público, desde uma perspectiva de gênero.



Neusa (segunda da esq. p/ a dir.) com outras representantes da Fasubra e a presidente do Chile (de echarpe vermelha).
(Foto: Gentileza Fasubra)

A longa greve nas universidades estaduais em 2014

Cruesp, vínculo... veja o que nossa categoria tem a ver com isso

Os servidores técnico-administrativos e professores da Unesp, USP e Unicamp, que têm data-base em 1º de maio, protagonizaram em 2014 a maior greve de sua história. A faísca que incendiou estas categorias foi o anúncio de que o reajuste salarial deste ano seria zero, coisa que não acontecia há muito tempo. A justificativa usada pelos reitores foi a existência de uma “crise” financeira nestas instituições. A greve iniciou-se em 27/5 e, na maior parte das unidades, encerrou-se em 22/9.

Os reitores das universidades foram obrigados a negociar com o Fórum das Seis – que engloba as entidades sindicais e estudantis das universidades estaduais paulistas e o Sinteps – e tiveram que conceder a inflação dos 12 meses anteriores à data-base, medida em 5,2% pela Fipe. A reivindicação apresentada era de 7%, índice medido pelo ICV/Dieese + 3% de reposição parcial de perdas passadas.

Além da vitória financeira, a greve teve o mérito de expor os projetos de desmonte das reitorias para as universidades estaduais paulistas, especialmente na USP, nesse momento. Em meio a greve, “vazaram” informações de um conjunto de propostas do reitor da USP, Marco Antonio Zago, para descarregar a crise nos ombros de servidores e docentes: desvinculação de dois hospitais universitários (o Centrinho de Bauru e o HC de São Paulo), plano de demissões voluntárias, fim do regime de dedicação integral para os professores, entre outras.



A intransigência dos reitores foi desmontada pelo vigor da greve e pela racionalidade dos argumentos e propostas dos sindicatos – que mostraram de onde vem a “crise” e quais os caminhos para superá-la. Por meio de documentos oficiais, estudos e tabelas, os sindicatos provaram que a falta atual de recursos é produto direto de dois fatores: do crescimento acelerado na última década, sem a contrapartida de recursos por parte do governo (exatamente como ocorre nas ETECs e FATECs), e por conta de manobras contábeis no cálculo do ICMS, imposto que serve de base para o repasse de verbas às universidades. Os reitores foram obrigados a reconhecer isso e, inclusive, a assinar um documento no qual pedem mais recursos para as universidades.

Servidores e professores da Unesp, USP e Unicamp pararam por quase quatro meses... e foram vitoriosos. Na foto, passeata na Avenida Paulista, em 3/9/2014

E nós com isso?

Nós, do Centro Paula Souza, temos muito a ver com as lutas do pessoal das universidades estaduais paulistas. Por conta do vínculo e associação que o Centro Paula Souza mantém com a Unesp, o Sinteps integra o Fórum das Seis praticamente desde a sua fundação e tem participação ativa nas campanhas salariais, inclusive na mesa de negociação com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). Até 1996 – nunca é demais lembrar – os trabalhadores do Centro recebiam exatamente os mesmos reajustes que eram pagos nas universidades. A partir daquele ano, com a chegada dos tucanos ao poder, a lei do vínculo passou a ser desrespeitada e os reajustes deixaram de ser pagos.

Assim, embora a data-base do conjunto do funcionalismo estadual paulista seja 1º de março, o Sinteps continua mobilizando os trabalhadores do Centro em conjunto com as universidades, visando a data-base em 1º de maio. O objetivo é resgatar para os trabalhadores do Centro os reajustes salariais pagos pelo Cruesp. A entidade também patrocina ações na justiça pela isonomia (*veja no box abaixo*).

Isonomia com os reajustes do Cruesp também é pleiteada na justiça

Nos últimos anos, o Sinteps propôs várias ações de isonomia, pleiteando que o Centro repasse aos seus trabalhadores os mesmos percentuais pagos ao pessoal das universidades estaduais paulistas, uma vez que o Ceeteps é vinculado legalmente à Unesp.

A assessoria jurídica do Sinteps informa que as ações de isonomia foram impetradas por todo o estado de São Paulo, tanto na esfera cível como na esfera trabalhista. O índice de ganho nestas ações é da ordem de 90%.

Se você tem interesse e ainda não entrou com esta ação, confira os documentos necessários no *site* (www.sinteps.org.br). Na barra superior azul, clique em “Jurídico” e, na sequência, em “Ações patrocina-

nadas pelo Sinteps”. Em caso de dúvidas, escreva para juridico@sinteps.org.br.

Se você já tem ação, pode acompanhar o andamento do seu processo. No caso das ações para os servidores celetistas, que tramitam no Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP), há a possibilidade de receber informações atualizadas diretamente em seu *e-mail*. Para saber como se inscrever, entre no *site* do Sinteps, no item “Jurídico”, em “Como consultar seu processo”. Escolha a sua situação (‘Estatutário’, ‘Celetista de SP e Grande SP’ ou Celetista do interior’) e veja o passo a passo que ensina como acompanhar o processo.

Os trabalhadores sindicalizados recebem atendimento gratuito da assessoria jurídica do Sinteps.



Sinteps propõe acordo coletivo em itens importantes para a categoria

Reivindicações referem-se à garantia de condições dignas de trabalho

Apauta de reivindicações dos trabalhadores do Centro, que o Sinteps organiza e protocola junto ao empregador todos os anos, contém muitos itens que não guardam relação com a questão salarial.

É o caso da reivindicação de cursos de atualização profissional, abono de faltas, CIPA, acompanhamento escolar, direitos dos filhos melhores, direitos da mãe trabalhadora, horário de banco, horário de estudante, regras para atribuição de aulas, estabilidade pré-aposentadoria, democratização das estruturas de poder, garantias contra o assédio moral, entre outras.

Há também itens que, embora envolvam recursos, não estão relacionados diretamente aos salários, como é o caso do pagamento de horas extras, pagamento de precatórios, insalubridade/periculosidade, instalação de enfermaria em unidades com mais de 50 trabalhadores, auxílio creche etc.

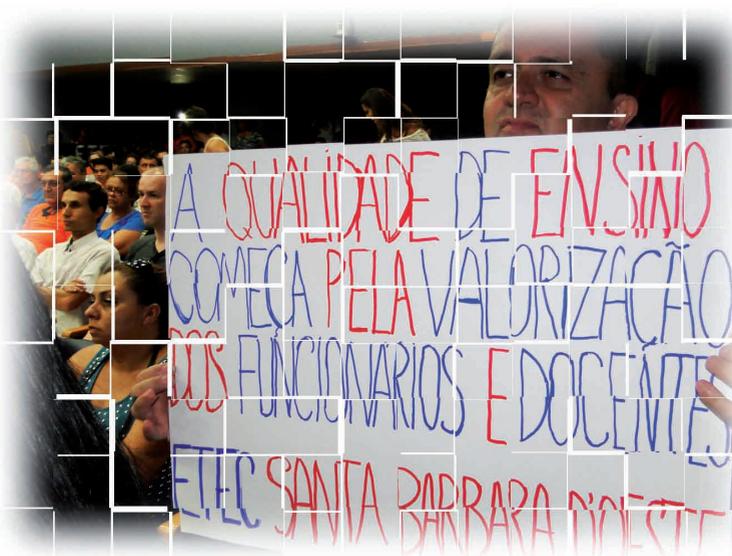
Proposta de Acordo Coletivo

Todos estes itens foram organizados pelo Sinteps na forma de Acordo Coletivo – com um total de 36 reivindicações – e apresentados à Superintendência do Ceeteps no final de janeiro deste ano. Algumas das reivindicações são específicas para cada segmento, enquanto outras são gerais. Após concluídas as negociações e, em caso de assinatura entre as partes, o Sindicato fará uma ampla divulgação dos itens acordados.

Entre as reivindicações específicas para os servidores, veja estes exemplos:

Cláusula 23 – Horário de estudante - O servidor técnico-administrativos regularmente matriculados em cursos presenciais terão seu horário de trabalho reduzido em uma hora diária, no início ou no final do expediente, a critério do trabalhador, sem prejuízo de salário durante as atividades letivas. Nos períodos de suas férias e recessos escolares, o trabalhador estudante cumprirá a jornada completa de trabalho.

Parágrafo único - O benefício está vinculado ao aproveitamento de estudos e cessa no caso de reprovação.



Cláusula 24 – Pagamento do Vale Transporte em espécie - O Ceeteps efetuará o pagamento do vale transporte aos servidores autárquicos que fazem jus a este benefício, em espécie, na folha de pagamento, a exemplo do que já acontece em outras unidades do Estado.

Atribuição de aulas

A proposta de Acordo Coletivo que o Sinteps apresenta ao Centro traz vários tópicos direcionados à atribuição de aulas, considerado um dos principais problemas pelos docentes. Confira o que estamos reivindicando:

Cláusula 25 – Intervalo entre jornadas - Através deste acordo coletivo, fica assegurado aos docentes o intervalo de 8 horas para descanso entre as jornadas de trabalho.

Cláusula 27 – Garantia das aulas de concurso público - Os docentes das ETECs e FATECs terão garantidas as aulas atribuídas em decorrência de concurso público, não podendo haver a redução da carga horária de concurso sob nenhuma circunstância.

Parágrafo único - O docente responsável por disciplina suprimida em virtude de alteração na estrutura curricular, prevista ou autorizada por dispositivo regimental ou pela legislação vigente e que possua habilitação legal para outra disciplina, terá prioridade para assumir turmas em que a referida disciplina esteja vaga.

Cláusula 28 – Garantia da disponibilidade de horário - Aos docentes contratados por hora-aula é assegurada a atribuição das aulas apenas nos dias e horários apresentados semestralmente a título de “disponibilidade docente”.

Parágrafo único - não conseguindo a unidade adequar os horários dos cursos à disponibilidade dos docentes, atribuirá horas atividade a eles, a fim de completar a carga horária de trabalho.

Cláusula 29 – Concursos por área de conhecimento - Os concursos para docentes de ETECs e FATECs serão realizados por área de conhecimento, segundo os catálogos do MEC, sendo exigência para participação dos referidos concursos os requisitos de graduação e formação do MEC e legislação complementar.

As negociações

A proposta do Sindicato é que o Centro negocie os 36 itens e assine um acordo sobre eles. Após várias cobranças da direção do Sinteps, chegaram a ser agendadas negociações específicas sobre isso, mas algumas foram desmarcadas e outras não chegaram a uma definição. Uma nova reunião deve ocorrer ainda em novembro, que o Sinteps espera ser mantida e que defina os termos do acordo coletivo para a categoria.

Fique atento às informações!

Quer saber mais sobre esse assunto?
No site do Sinteps (www.sinteps.org.br),
na seção "Fique por dentro",
em "Acordo Coletivo - Proposta do Sinteps ao Centro", veja a íntegra do documento.



A ética na política

* Por *Silvia Elena de Lima*

É possível que boa parte dos trabalhadores do Ceeteps tenha conhecimento da formação de uma nova oposição sindical, tendo em vista que circula pelas unidades um boletim tabloide do grupo. Não resta a menor dúvida de que é um direito democrático e legítimo que o grupo de oposição sindical exista. O que nos entristece é que o grupo, que surgiu dentro da nossa categoria, falte com a verdade em seu tabloide.

As mentiras foram novamente alvo de debate na última reunião do Conselho de Diretores de Base (CDB), da Diretoria Regional e Diretoria Executiva do Sinteps, em outubro, e entendemos que o momento é de esclarecimento à categoria sobre o comportamento e as distorções que o grupo de oposição tem promovido, registradas em seu tabloide.

O grupo é formado por membros da direção de base do Sindicato, que participam das reuniões do CDB. Na referida reunião, fizeram a análise de que as conquistas da greve foram apenas concessões do governo do estado.

Os demais membros do CDB, a Diretoria Executiva e a Diretoria Regional do Sinteps, todos membros ativos durante a greve, rebateram a análise da oposição, pois consideram que as conquistas foram resultado da pressão da categoria em greve. Sem a greve, o governo não teria sequer enviado projeto à Assembleia Legislativa. Assim, voltou à tona toda a discussão travada antes mesmo do início da greve, pois o grupo de oposição opunha-se que o movimento se iniciasse em fevereiro, pois defendia que começasse em abril, respeitando as deliberações de sua central sindical (Conlutas), em detrimento dos resultados das centenas de assembleias setoriais da categoria em janeiro e fevereiro.

A seguir, algumas mentiras veiculadas no tabloide da oposição:

Mentira nº 1 - “dois companheiros... vêm sofrendo perseguições, como a tentativa de expulsão por parte de alguns membros da diretoria do Sinteps...”

Verdade - Documento assinado por 21 diretores sindicais (de base, regionais e executivos) foi encaminhado à presidente do Sindicato, pedindo sanções aos membros da oposição sindical, em função das diversas ações do grupo em prejuízo do movimento de greve e de desrespeito aos estatutos da entidade e às deliberações da maioria. A leitura do documento foi feita em reunião da Diretoria Executiva, Diretoria Regional e CDB, quando o grupo estava presente. A presidente indicou ao CDB que, a fim de garantir o direito democrático da oposição sindical se manifestar (mesmo que muito antes das eleições sindicais), ao invés de punição, fosse aprovada uma forte recomendação para que o grupo tivesse comportamento ético e respeitasse as instâncias de deliberação do Sindicato.



Portanto, nunca houve ameaça de expulsão. Isso é um factóide, como muitos criados com o objetivo único de confundir e dividir os trabalhadores. Esta prática já é conhecida em muitos sindicatos que convivem com este grupo partidário.

Mentira nº 2 - “A direção sindical demonstrou falta de democracia e burocratização das decisões nos momentos mais decisivos do processo”.

Verdade - Se todas as decisões foram tomadas em conjunto, pelos trabalhadores em greve, nas reuniões do Comando Central de Greve, não houve falta de democracia nem burocratização. Apenas o Comando Central de Greve não aprovou o que o grupo de oposição queria, que era a realização de uma assembleia geral, sem pauta. Jamais conseguiram explicar porque tanto queriam uma assembleia geral, se a greve caminhava bem e tinha adesões diárias. Assim, todas as vezes que propuseram a assembleia geral, foram derrotados no voto, no âmbito do Comando Central de Greve. Porém, mesmo derrotados nas votações do Comando, ainda assim defendiam a proposta nos atos durante a greve, desqualificando a decisão do Comando e semeando confusão na categoria.

Mentira nº 3 - “A postura antidemocrática se revelou mais truculenta quando a direção sindical cancelou, unilateralmente, por mais de 15 dias, as reuniões do comando de greve, que, por mais limitado em número de pessoas que pudesse ser, era superior à direção sindical.”

Verdade - Não havia limite no número de participantes no Comando Central de Greve, que era composto pelos representantes eleitos pelos trabalhadores em greve. Toda unidade em greve deveria participar do Comando Central de Greve. E uma consulta aos boletins, quase diários durante a greve, mostra que nenhuma reunião foi cancelada.

Mentira nº 4 - “No final da greve, apesar dos trabalhadores terem lotado a Alesp, o que vimos foi a direção sindical preferir fazer um acordo a portas fechadas com os deputados para que apenas 4 das 25 emendas fossem aprovadas e, no final, apenas

3 delas foram publicadas. Tudo isso foi feito sem submeter à assembleia da categoria.”

Verdade - Na véspera da votação, a Diretoria Executiva do Sindicato foi chamada pelo Secretário de Desenvolvimento, Rodrigo Garcia, e pela Diretora Superintendente Laura Laganá. Os membros do governo apresentaram ao Sindicato o que o governo “poderia” ceder no processo de votação. Nunca houve reunião a portas fechadas com deputados ou com quem quer que seja. O governo chamou a direção sindical e nós fomos para ouvir sua proposta, acompanhados de representantes de base, que estavam construindo a greve, como é o caso da professora Tânia Bernardete Vendrasco, da ETEC Lauro Gomes, unidade em greve do início ao fim.

Quem participou da votação sabe bem que os itens apresentados pelo governo à direção sindical foram diferentes do que acabou sendo votado na Alesp. Conquistamos mais. Para os servidores técnico-administrativos, por exemplo, o governo não queria contar o tempo de serviço no enquadramento de julho de 2015, e isso foi revertido nos instantes finais antes da votação, graças à participação da categoria na Alesp e pela atuação brilhante de companheiros, como a servidora Heriane do Prado e Souza, que garantiram a inclusão e a aprovação da emenda que contava o tempo dos servidores.

Reuniões a portas fechadas e traição à categoria são acusações muito graves, que apenas revelam o caráter antiético das atitudes deste grupo. Quem participou da elaboração das 25 emendas, que foram propostas pela direção sindical e votadas no Comando de Greve, tinha plena consciência que ali estava tudo o que queríamos e merecíamos, mas que, por experiências anteriores, sabíamos que nem tudo seria conquistado, pois o governo tem maioria na Alesp e a categoria não estava 100% em greve.

As conquistas que tivemos são fruto da greve, da participação da categoria, não concessões do governo, e devem ser respeitadas por todos, mesmo os que se colocaram contra a greve.

O grupo, que é militante do PSTU e da Conlutas, podendo ser legitimamente financiados por estes setores, não assume esta organização partidária em seu financiamento, nem mesmo de outros sindicatos ligados ao PSTU. A origem do financiamento do tabloide e sua tiragem, aliás, deveriam ser informações citadas no próprio material, de forma clara e transparente.

Outras inverdades permeiam o material do grupo, mas não devemos nos alongar sobre elas. Apenas temos a lamentar que grupos partidários queiram se apossar do Sindicato por meio destes expedientes. Preferimos a verdade!

Na esteira do 3º mandato, Centro vive ameaça de não ter mais nenhum tipo de eleição

Saiba por que a luta pela redemocratização tem tudo a ver com seu cotidiano

Há vários anos, o Sinteps coloca em pauta uma reivindicação muito importante: a redemocratização das estruturas de poder do Centro Paula Souza. Muitas foram as campanhas neste sentido, desde a criação do Sindicato, em 1993.

Quando falamos de redemocratização, nos referimos não só às eleições para superintendente do Ceeteps, mas também à forma como são escolhidos os diretores nas unidades e à necessidade de ampliação do Conselho Deliberativo do Ceeteps, com a participação dos segmentos da comunidade: professores, funcionários e alunos.

Atualmente, os postos de superintendente e de vice são definidos pelo Conselho Deliberativo (CD) do Ceeteps, com a aprovação final do governador do estado. No frígido dos ovos, um único voto, o do governador, substituiu a vontade de 150 mil pessoas, número estimado de professores, funcionários e alunos.

“Através deste sistema, o Ceeteps vai sendo dirigido por pessoas ligadas ao PSDB, submetidas às demandas do partido, alheias aos interesses da comunidade”, destaca Denise Rykala, diretora do Sinteps.

No caso dos diretores de unidade, nos locais onde é realizado algum tipo de consulta à comunidade, nem sempre o mais votado é quem toma posse, pois a decisão final cabe à superintendência do Centro.

A manobra no final de 2012

Em novembro de 2012, a atual superintendente do Centro, professora Laura Laganá, encerrava seu segundo mandato consecutivo. Pelas regras então vigentes, não poderia haver nova recondução. Mas eis que circulou pelas unidades um abaixo-assinado, que ficou conhecido como “Fica, Laura”, encabeçado pela maioria dos diretores de unidades. A movimentação culminou com uma alteração no regimento do Centro, feita na calada da noite, que garantiu o terceiro mandato da superintendente.

Na época, o que circulou nas unidades foi que a “recompensa” aos diretores seria a



garantia de sua recondução, sem processo de consulta à comunidade. Ou seja, o pouquinho de democracia ainda existente seria reduzido a zero.

Ao que tudo indica, a “recompensa” está sendo paga. O Sinteps vem acompanhando,

no Diário Oficial do Estado, uma série de nomeações de diretores de ETECs e de FATECs “pro tempore”, ou seja, sem eleição alguma, à base da canetada.

Queremos eleições livres, diretas e paritárias

Superintendente, vice-superintendente, diretores de unidade, coordenadores... estes profissionais, independente de mais ou menos próximos, têm relação direta com o cotidiano de cada trabalhador ou aluno da instituição. Por isso, nada mais justo do que a comunidade acadêmica (professores, servidores técnico-administrativos e estudantes) ter o direito de eleger seus representantes de

forma direta e paritária (igual peso para os três segmentos). Essa bandeira é de todos nós:

- Pela redemocratização do Centro!
- Eleições democráticas e paritárias em todas as instâncias de poder da instituição!

Outra época

Nem sempre o Ceeteps foi tão antidemocrático como hoje. Em 1992, como resultado da pressão e da mobilização da comunidade acadêmica, houve eleições diretas para superintendente, sendo eleito o professor Elias Horani. O quadro mudou com a chegada do PSDB ao poder e a intervenção na direção do Ceeteps.

“Isso mostra que é possível, se houver interesse da comunidade acadêmica, democratizar o Ceeteps”, pondera a presidente do Sinteps, Silvia Elena de Lima. “Podemos, sim, ter eleições para os dirigentes do Centro. Podemos, sim, ampliar a estrutura do seu Conselho Deliberativo e garantir a participação dos diversos segmentos da comunidade. Podemos, ainda, ter a implantação de novos Conselhos, também com a participação dos segmentos, para discussão administrativa, de ensino, de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade, objetivos diretos de uma instituição pública da educação profissional e tecnológica.”

Quer saber mais dessa história?
No site do Sinteps (www.sinteps.org.br),

na seção
“Publicações”, em
“Revistas do Sinteps”,
você pode conferir
as revistas históricas
que contam isso e
muito mais!



Quem somos!



Pesquisa delinea o perfil dos trabalhadores do Centro e indica caminhos de atuação ao Sindicato

Entre os trabalhadores do Ceeteps, a presença masculina é levemente superior à feminina. Eles são 53,9% do total. A faixa etária predominante fica entre os 36 e os 55 anos, abrangendo 52,4%. Para a maioria, os principais problemas da categoria são o excesso de trabalho, a falta de pessoal e de estrutura física. Ampliar as formas de comunicação está entre as principais sugestões endereçadas à direção do Sinteps.

Esses dados foram extraídos de uma pesquisa encomendada pela Diretoria Executiva do Sinteps a uma empresa especializada, no início de 2014, junto a trabalhadores sindicalizados ou não. O objetivo foi conhecer mais das características, interesses e opiniões da nossa categoria. E, com isso, atender melhor às suas expectativas e formular iniciativas que a aproximem mais das lutas em defesa de seus interesses.

Segundo a maioria dos entrevistados, a carreira deveria ser a principal bandeira de luta do Sindicato, o que pode ser explicado pelo fato de ter sido feita pouco às vésperas da greve deste ano. A luta por reajuste salarial, melhores condições de trabalho e benefícios (como o plano de saúde), também está entre as principais reivindicações. Entre os entrevistados, 67,2% gostariam que a entidade lhes oferecesse cursos, nas mais diversas áreas.

Embora os aplicadores da pesquisa tenham esbarrado em muitas dificuldades para contatar os trabalhadores em seus locais de trabalho, a amostra colhida foi considerada satisfatória, e os resultados apurados já propiciaram algumas alterações na atuação sindical. "Para nós, o mais relevante foi saber que, os que conhecem o Sindicato, acreditam e confiam na entidade. Por outro lado, muitos trabalhadores não têm acesso às informações, o que os deixa resistentes ao Sindicato", avalia Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps.

Já com os resultados da pesquisa, foram promovidas alterações nas formas de comunicação, com aprimoramentos no site e no Facebook do Sindicato. Está sendo feito um cadastramento de e-mails dos trabalhadores, sindicalizados ou não, para inseri-los na rede de envio regular de informações.

Também teve início uma maior divulgação dos convênios mantidos pela entidade, bem como das vitórias judiciais

patrocinadas pelo Sindicato, pois estes dois itens foram apontados como pontos falhos na atuação sindical. "Provavelmente, isso se deve à falta de conhecimento, pois tanto os convênios como o jurídico têm excelentes serviços aos trabalhadores sindicalizados", enfatiza Silvia.

Ela considera que a revisitação das unidades onde houve adesão à greve deste ano (leia

materia na página 3), com a entrega das cartilhas, muito elogiadas pelos trabalhadores, já deu um salto de qualidade na filiação e no conhecimento sobre o trabalho sindical.

A Diretoria Executiva planeja realizar uma nova pesquisa no início do próximo ano, que poderá trazer elementos mais concretos para as próximas lutas e conquistas da categoria.

Alguns indicativos da pesquisa...

